Dívida externa e recessão

IRINEU STRENGER

A recessão teoricamente e considerada nos limites técnicos da ciência econômica seria a melhor solução, como mal necessário, para reduzir o "déficit" externo, não fossem, porém, outros componentes da estrutura política e econômica brasileira que impedem na prática essa opção.

O Brasil é geopoliticamente desigual, e não pode por isso resistir medidas de efeitos globais. Significa que os altos níveis de pobreza impedem pelo estado de catatonia social que criam, isto é, uma impossibilidade de reação aos impactos sempre violentos da recessão.

Assim sendo, a recessão planejada como remédio padrão provocará, certamente, crescente perplexidade coletiva que pode levar a reflexos imprevisíveis na luta pela sobrevivência.

O brasileiro com seu rico verbalismo conforma-se a certas expressões gramaticais de conforto provisório e de significação artificiosa. É o caso do "fundo do poço", dando a impressão de que daí para frente nada de pior poderá acontecer. Entretanto, parece-me que a expressão mais adequada seria "poço sem fundo" que é a nossa verdadeira realidade. Na verdade não atingimos nenhum teto da inflação, nem afundamos o máximo. Tudo vai depender de algumas mudanças radicais, não só no sistema econômico, mas, principalmente, nas estruturas políticas do Poder. Nossas reformas pairam somente nos esquemas das cúpulas governamentais, sem participação das bases e não passam de superficiais remodelações de fachada.

Embora reconhecendo que não é tarefa fácil atenuar o desequilíbrio externo, pelas difíceis contingências internacionais da economia, acredito que uma das principais medidas seria estimular o mercado comprador, mediante demonstrações efetivas e concretas de consolidação da democracia ainda em estágio puramente embrionário e incapaz de gerar confiança aos investidores alienígenas.

Por outro lado seria necessário descomprimir o empresariado exportador, proporcionando-lhe melhores subsídios, tanto no plano fiscal como de financiamentos.

A redução dos gastos públicos pode fazer-se sem agravar a recessão e aumentar o desemprego. Mas para isto ainda nos defrontamos com a hipocrisia governamental e as estruturas deterioradas do Poder sem vínculo corroborativo com o povo.

A economia pública é muito semelhante à economia privada e, assim sendo, devemos primeiramente eliminar drasticamente o superfluo estabelecendo um regime de rigorosas prioridades. Isto significa que impõe-se conceituar o superfluo como tudo que não seja indispensável à sobrevivência e perdemos a veleidade de país industrializado na linha de alcance das grandes potências.

Pessoalmente, em termos de escolha não hesitaria em optar pela política de redução da inflação como altamente prioritária. A valorização

ética do "déficit" externo não convence como filosofia econômica. Somos um país potencialmente capaz de desafogar as pressões de credores externos, sem agravamentos na esfera nacional. Pensar na dívida externa prioritariamente, pensando com pragmatismo, seria matar o corpo para salvar a alma.

As contradições dos economistas referentes às causas da crise e os remédios aplicados não contribuíram para elevar os prestígio da economia política diante da opinião pública. Alguns acusam o excesso de poupança, outros sua insuficiência. Para uns a crise provém do excesso invendável dos bens de consumo; para outros esses mesmos bens seriam insuficientes no momento em que a crise se iniciou. Uns propõem elevar o desconto quando a crise se aproxima, outros diminuí-lo. Como já disse o filósofo Alain, o economista ainda se encontra na idade dos magos e do livro mágico que se lia solenemente, quando as coisas andavam como podiam. A economia política está sendo no Brasil mais ou menos isso, uma pobre pequena ciência conjectural.

Todos os incidentes inerentes à vida econômica normal e que se subnam facilmente em tempos comuns podem chegar a ser fatais para a economia no estado de tensão em que se encontra, tal como sucede em um organismo humano vencido pelo cansaço no qual um acidente ou debilitamento, do qual triunfaria facilmente em época de saúde, pode acarretar uma grave enfermidade.

A elasticidade da economia diminuiu e, antes de dar novo salto para frente, é necessário acumular nova provisão.

O elevado custo do dinheiro é fatalmente inibidor do consumo e do investimento e jamais conseguiremos vencer esse obstáculo se não nos dispusermos a perder certos pruridos apoiados numa falsa ética capitalista. A velha fórmula de J.B.Say, "os produtos se compram com produtos", mediante a qual pensa exorcizar o fantasma da crise, permanece sempre verdadeira em sua generalidade.

A atual política salarial não é generosa, mas impositiva das circunstâncias criadas pela crise. Não existe uma causa da crise. Há um conjunto de fenômenos que se justapõem e se superando terminam em uma crise. Não culparemos especialmente nem ao subconsumo, nem a ampliação do crédito, nem a poupança; o consumo, produção, crédito, poupança em outras condições, acabam suportando tensões que um acidente ou um incidente pode transformar em rupturas.

Não há possibilidade a nosso ver de compatibilizar uma política austera com o atual nível de demanda popular, nas circunstâncias em que se colocam os tecnocratas do governo. É preciso antes de mais nada quebrar certas barreiras inibidoras que se situam no nível de reparação de alguns pilares levantados em areia movediça. Se continuarmos atrelados aos juros cobrados lá fora, iremos de "ponta-cabeça" para o pre-

cipício. A coragem deve existir para romper esse alinhamento. E isso é possível mediante mecanismos semelhantes ao das concordatas preventivas, a fim de que o País possa recobrar um pouco de fôlego.

A mobilização da sociedade civil somente será possível mediante efetiva participação no Poder. O caminho é uma Assembléia Constituinte e o rompimento da anomia entre povo e Poder.

Para haver o esforço unificado da Nação é preciso que cada cidadão aceite a sua própria significação.

Toda crise obedece a uma ruptura de equilíbrio entre o capital variável e o capital constante, porque ao aumentar este incessantemente, um certo momento acaba por carecer de base. E o que vemos é o desenvolvimento do pauperismo resultante dessa crise e da desocupação, forçando a classe empresarial a alimentar seus operários com procedimentos paternalistas que só podem levar a uma decomposição total da sociedade. Penso que a resposta mais adequada a essa pergunta está no trecho mais significativo da Crítica da Economia Política de Marx, ainda com muita atualidade: "Na produção social dos meios de existência, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a determinado estágio do desenvolvimento de suas forças produtivas. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, quer dizer, que constitui a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política à qual correspondem determinadas formas sociais da consciência. O modo de produção da vida material determina, em geral, o processo social, político e intelectual da vida. A consciência do homem não determina sua maneira de ser, mas, sua maneira de ser social determina sua consciência".

No período sucessório, nossos governantes empenham-se num "esconde-esconde" tentando o ilaqueamento da boa fé popular, acreditando num último esforço alcançar certa legitimação do poder, mas, com insucesso, porque a História não se sujeita a brincadeiras.

As últimas tratativas com o Fundo Monetário Internacional demonstram que nossos governantes ainda não desistiram das camuflagens e das soluções artificiosas.

O encaminhamento das conversações evidencia a fraqueza técnica dos entendimentos, pois saltamos de uma carta de intenções a outras, como se fora correspondência epistolar de enamorados rompidos, cada qual querendo desculpar-se perante o outro, para a elucidação dos atritos afetivos.

É bem verdade que a afetividade, considerada no plano econômico, é bem mais objetiva, quando tange questões determinantes das relações jurídicas da convivência internacional, e subjetivas quando concorrem a interesses personalizados, infelizmente predominantes na orientação brasileira.